

AS BASES ONTOLÓGICAS DA QUESTÃO SOCIAL

Por Edlene Pimentel[1]

RESUMO: Este texto aborda os elementos centrais que configuram as bases ontológicas da “questão social” enquanto fenômeno que se apresenta com o surgimento do processo de industrialização capitalista no século XIX. Toma como fundamento as elaborações teóricas de Karl Marx contidas na “Lei Geral da Acumulação Capitalista”, que formam a base objetiva de sua configuração articulada à pobreza. Ressalta alguns elementos decisivos gerados com o processo de pauperização da classe trabalhadora, suas formas de organização e luta por melhores condições de vida e de trabalho, e a intervenção do Estado como forma de administrar os conflitos sociais. Apreende a questão social como um fenômeno social composto por essas três dimensões articuladas entre si. Essa forma de ser da “questão social” demonstra a inviabilidade de sua superação nos marcos do capitalismo.
Palavras-chave: Questão social; Bases Ontológicas; Industrialização capitalista.

ABSTRACT: This paper addresses the core elements that make up the ontological basis of "social question" as a phenomenon that appears with the emergence of capitalist industrialization in the nineteenth century. It takes as a basis the theoretical elaborations of Karl Marx contained in the "General Law of Capitalist Accumulation", which form the objective basis of their articulated configuration poverty. Highlights some decisive elements generated with the impoverishment process of the working class, their forms of organization and struggle for better conditions of life and work, and state intervention as a way of managing social conflicts. Seize the social issue as a social phenomenon consists of these three dimensions interlinked. This way of being the "social issue" demonstrates the impossibility of overcoming the capitalist landmarks.

Keywords: social issue; Ontological bases; capitalist industrialization.

Introdução

Nesta exposição irei tratar de uma temática de grande relevância para o Serviço Social *As Bases Ontológicas da Questão Social*. A questão Social é hoje reconhecida até mesmo como objeto e como base da fundação e da ação do Serviço Social como profissão. Aqui quero ressaltar particularmente o entendimento que tenho da Questão Social, qual o lugar que ocupa no capitalismo e quais são as bases essenciais de sua existência enquanto fenômeno e de sua visibilidade no século XIX, que se manifesta em especial no surgimento do processo de industrialização capitalista.

Tratar das bases ontológicas da questão social nos remete a desvendar sua gênese histórica, as determinações econômicas e as dimensões essenciais que a configuram. Para tanto tomo por referência os ensinamentos de Karl Marx sobre a

criação das desigualdades sociais no modo de produção capitalista e as consequências para o proletariado que ali se gesta, suas condições de vida e de trabalho. Condições que acabam por incitar reações e formas de resistência as mais variadas em um período marcado pelo surgimento de uma consciência de classe cujo caráter político torna-se incômodo ao aparente equilíbrio e à harmonia social desejados pela burguesia que assumira o poder.

Importa ressaltar que, Karl Marx em nenhum momento na sua produção teórica se referiu ao termo “Questão Social”. Os problemas decorrentes da exploração capitalista eram por ele denominados de “males sociais”. O termo “Questão Social”, segundo Castel, surge pela primeira vez no jornal legitimista francês *La Quotidienne*, em 1831, onde se acusava o governo, chamando a atenção dos parlamentares, no sentido de que era preciso entender que além dos limites do poder, isto é, fora do campo político, existia uma “questão social” carente de resposta, já que ela representava uma ameaça à ordem estabelecida. Portanto, o termo em si é de origem liberal referido ao fenômeno do pauperismo dos trabalhadores decorrente do processo de industrialização na Inglaterra no final do século XVIII e as mazelas dele decorrentes, trazendo no seu interior um caráter explosivo, para usar uma expressão de Mészáros. De maneira que, a Questão Social expressa algo existente na realidade, requisitando reflexões por parte de pensadores diversos na expectativa de explicar tal fenômeno e identificar propostas de solução.

Na realidade, com o advento do capitalismo, ocorre uma transformação radical nos processos e nas relações sociais de produção já desvendados por Marx em *O Capital*. Em tal processo a expulsão dos trabalhadores do campo e sua absorção pela indústria capitalista nascente trouxeram problemas nunca vistos nos modos de produção anteriores na medida em que resultou na concentração da mão de obra nas cidades não inteiramente absorvida, identificada por Marx na Lei Geral da Acumulação Capitalista como exército industrial de reserva. A pauperização do trabalhador, resultante da industrialização, impõe o ingresso de sua família no mercado de trabalho para ampliação da renda, visando assegurar a reprodução social do trabalhador e de sua família. Esse processo atinge o operário no que se refere às suas condições de vida e de trabalho em termos materiais e políticos.

A pobreza resultante do processo de industrialização surge com características bastante diferenciadas do momento anterior ao capitalismo. O fenômeno inquieta pela

ameaça que representa a ordem social criada após a Revolução Francesa e a ascensão da burguesia ao poder e pela inexplicável persistência da pobreza, que agora se apresentada com uma nova qualidade em relação ao pauperismo até então conhecido em decorrência do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Diz respeito a uma pauperização da classe operária, ditada pelas necessidades do capital, que se põe historicamente permeada pelas lutas dos trabalhadores e pelas estratégias de dominação das classes dominantes para contê-las. Portanto, o pauperismo se altera e se apresenta naquele momento sob novas formas. Esse fenômeno que se originou com o pauperismo e as formas de luta política daí decorrentes constitui uma das expressões primeiras daquilo que se convencionou denominar de “questão social”.

De modo que no meu entendimento a questão social é constituída por três dimensões essenciais que se articulam entre si. São elas:

1. Suas raízes materiais e seu fundamento teórico, contidos na Lei Geral da Acumulação Capitalista;
2. Sua dimensão política, que diz respeito à organização e a luta dos trabalhadores;
3. A intervenção do Estado, que depende da fase do desenvolvimento capitalista que este experimenta.

Agora, veremos como essas dimensões se expressam.

A Dimensão Material

Na nossa aproximação ao pensamento de Karl Marx na busca de desvendar o fenômeno da questão social, pudemos constatar que é no interior do modo de produção capitalista, ou seja, no crescente processo de um sistema regido pelo capital tendo no centro a propriedade privada e a exploração do trabalho para o capital que estão contidas as determinações essenciais que interferem decisivamente sobre a vida da classe trabalhadora. Segundo o autor, se uma população trabalhadora é o resultado essencial da acumulação, essa população será transformada na própria alavanca da acumulação capitalista, ou seja, numa condição de existência desse modo de produção. Ela se torna um exército industrial de reserva pertencente ao capital, sempre à sua disposição, colocando a força de trabalho humana sempre apta a ser explorada, independentemente do aumento populacional.

Vejamos: nos primórdios do capitalismo a produção do pauperismo, conforme viu Marx no capítulo XXIII de O capital, resulta da criação de uma superpopulação

relativa; em outras palavras, de um exército industrial de reserva como condição de existência da produção capitalista e do próprio desenvolvimento da riqueza. Com o avanço da acumulação, a produção da superpopulação relativa cresce mais rapidamente que a revolução técnica do processo de produção. Isso porque, de uma maneira inversa, o sobre trabalho de uma determinada parcela ocupada possibilitará o aumento do seu exército de reserva, pois a pressão exercida por parte desse exército industrial de reserva (também chamada por Marx de superpopulação supérflua, ou seja, desempregados) obriga a classe trabalhadora ao sobre trabalho e à submissão aos imperativos do capital. Essa é a forma de enriquecer o capitalista individual. Por isso, o movimento que se dá sobre a lei da oferta e da procura de mão de obra tem com sustentáculo a superpopulação relativa. Ela tem a capacidade de reduzir a ação dessa lei a limites absolutos articulados com a sede de explorar e a intensidade de dominar do capital. Portanto, é nessa lei que repousa o despotismo do capital.

Essa superpopulação relativa faz parte do exército ativo de trabalhadores. Ela entrega ao capital uma reserva de força de trabalho disponível que não se esgota. Isso porque sua condição de vida e existência situa-se abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora e, por essa razão, ela se torna a base ampliada para determinados ramos de exploração do capital. Tem como característica o trabalhador receber um mínimo de salário pelo máximo de tempo de serviço. Desse modo, a produção do pauperismo está incluída na produção da superpopulação relativa, assim como sua necessidade; ambos constituem a condição de existência da produção capitalista e do próprio desenvolvimento da riqueza. Nesse sentido, essa condição de existência é determinante, dado que a miséria só existe porque está alicerçada nela. Essa acumulação da riqueza como nos diz Marx significa acumulação da miséria, escravidão, ignorância, tormento de trabalho do outro, da classe que produz seu próprio produto como capital. Daí o caráter antagônico dessa relação gerando acumulação da miséria num lado e no outro a acumulação do capital. Quanto maior for a camada de miseráveis e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Essa é a Lei Absoluta Geral da Acumulação Capitalista, que pode ser modificada dependendo das circunstâncias. Portanto, o pauperismo é parte integrante da lógica perversa do processo de acumulação capitalista. Portanto, seu sistema de causalidades, ou seja, sua dimensão material encontra-se no processo de acumulação capitalista.

Em linhas gerais, a lei absoluta geral da acumulação capitalista consiste no fato de que quanto mais o exército industrial de reserva cresce em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto mais se materializa a superpopulação relativa. Portanto, quanto maior for a camada miserável da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, maior será o pauperismo oficial. Esse pauperismo se verifica naquela camada social que perdeu a capacidade de vender sua força de trabalho e tem de mendigar a caridade pública. Ele se expressa na forma como o capital se apropria da força de trabalho da classe trabalhadora através dos diversos mecanismos de exploração e dominação, com a finalidade de assegurar a sua reprodução e a acumulação da riqueza por parte dos capitalistas e, contraditoriamente, produz a acumulação da miséria. Seus pressupostos básicos residem no caráter antagônico da acumulação capitalista, portanto, a base de sua gênese é essencialmente econômica. Sendo assim:

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada (1996, p.253).

Num modo de produção, em que, a condição de existência do trabalhador só adquire sentido se for para atender as necessidades de valorização de valores reais, ou seja, da riqueza objetiva e não para suprir as necessidades de desenvolvimento do trabalhador, certamente não era de se esperar que ocorresse de forma diferente.

Portanto, a condição para o desenvolvimento do modo de produção especificamente capitalista reside na acumulação do capital.

A Dimensão Política

Como vimos a causa e o efeito da acumulação reside no desenvolvimento do modo de produção capitalista e na força produtiva do trabalho, que capacita o capitalista a pôr em ação, com o mesmo dispêndio de capital variável, muito mais trabalho por intermédio da exploração das forças de trabalho individuais, de maneira intensiva ou extensiva.

Naquele momento, os trabalhadores desenvolvem uma consciência de que à medida que trabalham mais, produzem cada vez mais riqueza para a classe capitalista, e à proporção que a força produtiva do seu trabalho aumenta, sua função como forma

de valorização do capital manifesta-se de modo cada vez mais precário para eles; descobrem também que o elevado grau de concorrência entre eles depende totalmente da pressão da superpopulação relativa. Em consequência, organizam-se particularmente através da *Trades's Unions* etc. com vistas a planejar e organizar uma ação conjunta dos empregados com os desempregados, na tentativa de eliminar ou enfraquecer os efeitos daquela lei natural da produção capitalista que incide sobre sua classe. Essa forma de solidariedade entre empregados e desempregados incomoda a defesa do capital pela ação livre da lei da oferta e da procura.

Nesse processo, o movimento socialista dá o tom ao caráter reivindicatório do operariado europeu, que empreende a luta contra condições opressivas de vida e de trabalho tendo por suporte a demanda pela satisfação de carências, considerada sobre seus aspectos de natureza material e moral. A reivindicação sobre ensino obrigatório e sobre regulamentação do trabalho das mulheres engrossa a pauta da pressão dos trabalhadores. Aumenta a pressão sobre o Estado, via partidos políticos e sindicatos, reivindicando sua intervenção na esfera econômica e social, em termos de regulamentação do mercado de trabalho e medidas com significado para a melhoria de suas condições de vida. A extensão dos princípios da legislação fabril a outros espaços sociais de trabalho como as minas e a agricultura tende a se acentuar. São criadas comissões de investigação do trabalho de crianças, de adolescentes e de mulheres na agricultura, com resultados de grande importância.

Nessa reação dos trabalhadores detectamos a dimensão política da denominada “questão social”, que tanto ameaçou a ordem burguesa da época como provocou incontáveis debates entre os pensadores de então, no sentido de encontrar resolutividade para o problema.

Portanto, a “questão social” originalmente expressa no empobrecimento do trabalhador, portanto, tem suas bases reais na economia capitalista. Politicamente, passa a ser reconhecida como problema na medida em que os indivíduos empobrecidos organizam-se, oferecendo resistência às más condições de existência decorrentes de sua condição de trabalhadores.

A Intervenção do Estado

No período que antecedeu a revolução industrial na Inglaterra, a pobreza existente era amparada pela “Antiga lei dos pobres” (1601) que, segundo Friedrich

Engels, tinha por princípio o “dever da paróquia velar pela subsistência dos pobres” (Engels, s.d. p.376). Com a pauperização de amplas camadas da população vítimas do processo de industrialização, houve um aumento da demanda de pobres por esses serviços assistenciais. Esse fato chocou a burguesia de tal maneira que, ao ascender ao poder em 1833, nomeou uma comissão para investigar a administração dos fundos da referida lei. Constatou-se que “toda a classe operária do país estava reduzida à pobreza e dependia inteira ou parcialmente da Caixa dos Pobres” (Idem, p.376). Isso significava que a forma de proteção anterior dada àquela pobreza através de auxílios e benefícios que assegurava a sobrevivência do empregado, estava arruinando o país, tornando-se um “obstáculo à indústria”. Assim, sentindo-se incomodada com a exposição pública da miséria e com as formas de administrar a pobreza, a burguesia resolve enfrentar o problema do pauperismo e – em termos da sua economia política – , graças ao projeto de lei da reforma declara guerra ao proletariado quando, via Parlamento, consegue reformar a lei dos pobres ainda vigente e aprovar a “Nova lei dos pobres” em 1834. Essa nova lei era fundada na Teoria Malthusiana da População, que considerava a ‘beneficência e as taxas para os pobres’ como “puros contra-sensos”, pois serviam apenas para favorecer “a preguiça”, (...) “manter e até estimular o aumento da população excedentária” (Engels, p.374-6). Dentre as primeiras medidas tomadas, uma foi suprimir “toda ajuda em dinheiro ou gêneros; (...) o único auxílio consistia no acolhimento em asilos que se construíam por todo o lado” (Engels, p.378). Eram verdadeiras Bastilhas, as chamadas “*Works Houses*” (casas de trabalho), uma espécie de internamento, onde os pobres renunciavam à sua dignidade e aos seus direitos políticos.

Em suma, essa nova lei tinha por objetivo enfrentar os problemas crescentes do atendimento individualizado nas próprias comunidades, diminuindo o atrativo da assistência para deixar a mão-de-obra mais livre para o mercado. Com isso, reduzia a massa de pobreza aparente.

Nesse período, tem-se o início do processo de organização e luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de trabalho. Entretanto, na medida em que a luta da classe trabalhadora ameaça a criação do exército industrial de reserva e, junto com ele, a dependência absoluta da classe trabalhadora à classe capitalista, o capital se rebela contra a lei da demanda e da oferta e passa a promover aquela criação através da coerção.

Como pudemos observar, no período em referência, ou seja, na fase concorrencial do desenvolvimento capitalista, sob os auspícios da liberdade de mercado e sob a influência do pensamento liberal, o Estado não intervinha diretamente na “questão social” através de políticas, mas lançava mão de medidas legislativas.

Na tensão entre os interesses conflitantes entre proprietários dos meios de produção, que procuram tirar o maior proveito do valor de uso de mercadoria força de trabalho que comprem e, dos proprietários da força de trabalho que procuram preservá-la para poder voltar a vendê-la, são construídas as respostas sociais aos problemas decorrentes do pauperismo e das condições de vida dos trabalhadores. A mediação das leis trabalhistas constitui uma evidência histórica no sentido de atenuar os efeitos perversos da desigualdade gerada no processo produtivo. Neste sentido, a legislação fabril regula as relações de trabalho em termos da dominação direta do capital sobre o trabalho, ao mesmo tempo em que “generaliza, com isso, também, a luta direta contra essa dominação” (1996, p. 130).

No percurso do desenvolvimento de um capitalismo atravessado por lutas sociais entre capital e trabalho, constituem-se respostas sociais mediadas, ora por determinadas organizações sociais, ora pelo Estado, num processo impulsionado pelo movimento de reprodução do capital.

Somente no capitalismo monopolista, com as funções que o Estado e suas expressões adquirem nesta fase, é que se tornarão objeto da intervenção estatal via políticas sociais, configurando o que no século XX constituiu o denominado Estado de Bem-Estar Social que se caracterizará pela afirmação dos direitos sociais aos trabalhadores, atendendo em parte suas demandas, mecanismo que oculta as contradições de classe pela atenuação dos conflitos mediante o atendimento de demandas do trabalho. A intervenção do Estado torna-se, então, imprescindível como forma de atenuar a estagnação econômica. No conjunto das transformações daí decorrentes, o Estado passa a intervir diretamente na questão social como árbitro no conflito entre capital e trabalho, assegurando a reprodução capitalista em seu processo de expansão e acumulação, ao tempo que assegura o pleno desenvolvimento do capital monopolista.

Netto nos diz que “o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o ‘comitê executivo’ da burguesia monopolista –

opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (1992, p.22). Trata-se de um processo bastante tenso, não somente pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que ela faz emergir em toda sociedade. É sob essas condições que já se verifica a tendência que o autor observa sobre os traços da intervenção do Estado na “questão social” correspondente ao capitalismo monopolista, de fragmentação dos problemas sociais. “A intervenção estatal sobre a ‘questão social’ se realiza (...) fragmentando-a e parcializando-a. (...) As sequelas da ‘questão social’ são recortadas como problemáticas particulares (o desemprego, a fome, a carência habitacional, o acidente de trabalho, a falta de escolas, a incapacidade física etc.) e assim enfrentadas” (NETTO, 1992, p.28).

Na atual fase do desenvolvimento capitalista, as formas de administração da questão social pelo Estado, tradicionalmente utilizadas com vistas a atenuar os conflitos, tiveram de ser redimensionadas em face da gravidade dos problemas existentes, hoje de caráter universal. O controle das contradições ou antagonismos de classe se torna cada vez mais difícil, ameaçando a ordem sociometabólica vigente.

Netto já havia analisado que no período da alternativa keynesiana “a funcionalidade essencial da política social do Estado burguês no capitalismo monopolista se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho – ocupada, mediante a regulamentação das relações capitalistas / trabalhadores; lançada no exército industrial de reserva, através dos sistemas de seguro social” (1992, p. 27). Inteiramente integrados à acumulação e à expansão capitalista, os sistemas de seguros sociais tendem hoje fundamentalmente à privatização. Os sistemas públicos existentes em alguns Estados-nação, a exemplo do Brasil e outros países da América Latina, de tendência universalizadora, são frágeis e, embora destinados a todos os cidadãos, são usados principalmente pelos trabalhadores mais pobres, assistíveis ou expulsos do mercado de trabalho, enquanto aqueles que detêm maior poder aquisitivo recorrem aos planos privados de saúde e previdência social. Assim, a separação entre populações assistíveis e trabalhadores empregados e desempregados também se expressa na forma peculiar de enfrentamento estatal à questão social hoje.

Além disso, com a estratégia idealizada da globalização, as raízes materiais e humanas da questão social não sofreram mudanças significativas, mas permanecem

assumindo formas diferentes e sofisticadas, nas quais as classes trabalhadoras se encontram intensamente subordinadas ao capital, sob o controle do seu Estado via mecanismos de contenção de conflitos. Desse modo, a questão social, explicitada na resistência dos trabalhadores, parece inexistente, diluída na luta dos indivíduos, isoladamente, para assegurar a sobrevivência, descolada da luta coletiva como classe trabalhadora. Põem-se dificuldades na passagem da consciência da classe em-si à classe para-si.

A busca de solução via políticas sociais sobre formas de expressão da questão social requerem agora decisões de âmbito internacional, dirigidas aos caracteres particulares dos Estados-nação, para o controle dos perigos sociais iminentes que ameaçam a ordem do capital.

Considerações Finais

A pauperização do trabalhador e suas expressões, como fenômenos inerentes ao modo de acumulação e expansão do capital, certamente passam por modificações em decorrência do próprio desenvolvimento capitalista. Daí resulta a atualidade do pensamento de Karl Marx, porquanto a essência do fenômeno da “Questão Social” no interior da sociabilidade capitalista não foi alterada, além de aprofundar as expressões já existentes, a saber: a pauperização dos trabalhadores, a violência, o desemprego, que se tornou crônico, apresentam-se também sob novas formas. Tudo isso resulta da crise estrutural do capital vivenciada desde meados da década de 1970. Portanto, formulações notadamente destinadas a apreender este fenômeno somente no seu aspecto político, destituídas da base material que o gera, não se revelam suficientes para a apreensão do problema. Ao mesmo tempo, o capitalismo é essencialmente dinâmico e se transforma no decorrer do seu desenvolvimento. A pauperização do trabalhador e suas expressões, como fenômenos inerentes ao modo de acumulação e expansão do capital, certamente passam por modificações em decorrência do desenvolvimento capitalista; na visão de Mészáros ela se torna, inclusive, conteúdo dos limites absolutos na reprodução do capital.

A intervenção do Estado sobre o pauperismo e seus desdobramentos, em outros termos, sobre as expressões da “questão social”, esteve permeada pela expansão do próprio capitalismo e da reprodução do capital. A responsabilização

/desresponsabilização do Estado pelo problema tem seguido as exigências dessa expansão e acumulação.

Nesses termos, não há resolutividade para a “questão social”, nos marcos do capitalismo e suas determinações fundamentais tendo em vista que a geração da riqueza e da miséria compõe o conjunto das contradições que fazem parte do caráter essencial do sistema do capital. Em face da natureza da crise estrutural que o capital experimenta hoje, não há margem para que se façam simples correções no sentido de assegurar uma tranquila expansão e acumulação do capital. A tendência que se coloca é o agravamento desses problemas estruturais e de suas consequências para a vida em sociedade. A verdadeira resolutividade para o problema do pauperismo, da desigualdade social e de suas sequelas está na superação dessa forma de sociabilidade capitalista, ou seja, para além do capital.

Referências Bibliográficas

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, s.d. (Coleção Síntese).

MARX, Karl. Capítulo XXIII A Lei Geral da Acumulação Capitalista. In: **O capital - Crítica da economia política**. Livro Primeiro, Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1996.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: Rumo a uma teoria da transição**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. 1ªed. São Paulo: Editora da UNICAMP/BOITEMPO Editorial, maio de 2002.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

PIMENTEL, Edlene & COSTA, Gilmaisa M. da. Questão Social: novas formas, velhas raízes. In: **Serviço Social em Debate: Ser Social, Trabalho, Ideologia**. Maceió, EDUFAL, 2011.

PIMENTEL, Edlene. Uma “Nova Questão Social”? **Raízes Materiais e Humano-Sociais do Pauperismo de Ontem e de Hoje**. São Paulo: INSTITUTO LUKÁCS, 2012.

Notas

[1] Docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL – Brasil. Doutora em Serviço Social. Membro do Grupo de Pesquisa sobre Reprodução Social.